



ORIENTAÇÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DO IV ENE

Os Encontros Nacionais de Educação- ENE (I ENE – 2014; II ENE-2016; III ENE – 2019) retomaram a unidade de ação em defesa da educação pública, tendo em comum a disposição de assumir o protagonismo na construção de um projeto de educação pública, gratuita e de qualidade. Reafirmaram, enfaticamente, a luta sem tréguas contra a mercantilização da educação, em defesa do financiamento pelo Estado para a educação pública, na ordem de 10% do PIB imediatamente e exclusivamente para a educação pública, que possibilite condições democráticas de acesso e permanência em todos os níveis de ensino; repudiaram todas as formas de precarização das condições de trabalho que os setores empresariais querem impor à educação, bem como a lógica da avaliação meritocrática e produtivista do ensino e do trabalho docente; posicionando-se contra todas as formas de desrespeito à autonomia universitária e todas as tentativas de submeter a educação a parâmetros autoritários, impondo o individualismo e a competição, no lugar da elaboração solidária e coletiva, fundamentos necessários para a construção de uma sociedade realmente democrática.

O I Encontro Nacional de Educação realizado em agosto de 2014, no Rio de Janeiro, reuniu cerca de 2500 pessoas e teve o grande mérito de congregar novamente algumas entidades em um espaço de oposição às políticas educacionais em vigor e ao PNE pela transferência do fundo público para o setor privado da educação e pelo fortalecimento da lógica empresarial, com a formação voltada para o mercado de trabalho, apontou a necessidade de construção de um projeto de educação pública classista, democrática, laica e de qualidade e reiterou a consigna dos *10% do PIB, exclusivamente, para a escola pública, já!*

O II Encontro Nacional de Educação teve como tema “Por um projeto classista e democrático de educação”, se deu numa conjuntura de acirramento e ataque à classe trabalhadora no Brasil e no mundo e reuniu mais de 2.000 participantes, representantes de todas as regiões do país e dos diferentes setores da educação como do



ensino fundamental e médio e universitário. Professore(a)s, estudantes, técnico(a)s administrativo(a)s, assistentes sociais e movimentos populares formaram o conjunto de participantes desse Encontro. O II ENE foi precedido por encontros preparatórios, nos estados e nos municípios debatendo temas importantes que envolveram a educação e seu papel para a transformação do país, tomando posição sobre eles. Mesmo numa condição adversa da conjuntura, o II ENE propôs formas de ação e caminhos para a garantia da continuidade de educação pública.

O III Encontro Nacional da Educação reuniu mais de 1.200 pessoas de todo o país para discutir os rumos da luta por uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada. Mais do que em qualquer outro momento, foi um encontro marcado pelo reconhecimento de uma dupla tarefa para lutadoras e lutadores que atuam em defesa da educação pública e gratuita: avançar no debate de um projeto classista e democrático de educação e, ao mesmo tempo, resistir contra o programa da extrema-direita a serviço do capital. Além dos acúmulos para o projeto classista de educação, o III ENE avançou nas articulações necessárias para organizar a luta contra os ataques neoliberais da extrema-direita. Teve como deliberações:

- 1- Intensificar esforços para a construção de um calendário nacional de lutas e ações nos locais de trabalho, estudo e moradia para barrar a contrarreforma da previdência.
- 2- Rumo à construção da greve geral para derrotar os ataques da extrema-direita.
- 3- Construção de semana nacional de paralisação da educação em defesa da educação pública e gratuita, dos serviços públicos e contra a reforma da previdência.
- 4- Defender o direito irrestrito de organização de lutas e movimentos sociais, manifestações e greves e lutar contra a criminalização de lutadoras e lutadores sociais.



- 5- Manter a luta pela revogação da contrarreforma trabalhista, Emenda Constitucional 95/2016 e outros ataques que retiraram direitos da classe trabalhadora e resultaram na precarização dos serviços públicos.
- 6- Aprofundar os esforços de luta contra o Projeto Escola sem Partido e em defesa da liberdade de cátedra e ensino, assim como continuar construindo a Frente Nacional Escola Sem Mordança como experiência unitária para defender um projeto classista e democrático de educação.
- 7- Combater e denunciar a educação domiciliar reafirmando o projeto de educação como direito social básico que deve ser de responsabilidade pública.
- 8- Combater o processo de militarização da educação.
- 9- Defender eleições democráticas para escolha de dirigentes e combater todas as tentativas de eliminar a gestão democrática e a autonomia das instituições públicas de educação.
- 10- Defender as escolas e a educação no campo, assim como o projeto de educação construído nos movimentos populares.

Definimos que em 2021 realizaríamos o IV ENE!

Em 2020 fomos surpreendido com a pandemia do COVID 19. No Brasil seus efeitos foram pavimentados pela crise econômica. Os primeiros casos oficiais da epidemia foram registrados no mês de março. Em abril, ficou explícito que o principal obstáculo para combater a pandemia era o desgoverno Bolsonaro que, em discursos alucinados, reclamou a “volta à normalidade” do país, abandonando a quarentena obrigatória, ignorando as normas e prevenções sanitárias, tudo em nome de “salvar a economia”. Nesse quadro, o Brasil passou a ser o país da América Latina com o maior número de casos de coronavírus, com o maior número de mortes e maior subnotificação.

A conjugação da crise econômica, política, social, ambiental e sanitária vai incidir de modo mais agressivo contra a classe trabalhadora. Esse contexto, por um lado, escancarou o profundo processo de desigualdade social, racial e ambiental que



vivenciamos e, por outro lado, evidenciou o profundo descaso do governo Bolsonaro com a vida e com os serviços públicos.

O ano de 2020 foi de aprofundamento dos ataques à autonomia das universidades, institutos federais e Cefet, aos recursos orçamentários e de precarização do trabalho. O ano foi marcado pela necessidade de paralisar as atividades presenciais de docência, no primeiro momento, e, mesmo sem condições para estudantes e docentes, exercer na maior parte das universidades formatos de aulas remotas. Mesmo com a postura negacionista do governo federal, o distanciamento social foi efetivado nas instituições de ensino. Não paramos de trabalhar, continuamos a pesquisar, inclusive com inúmeros grupos direcionados a combater o coronavírus.

Enquanto o povo brasileiro estava concentrado na sobrevivência diante de uma pandemia, o governo manteve os ataques. O orçamento para a educação pública tem sofrido sucessivos cortes que impactam no custeio, na assistência estudantil, na produção das pesquisas, no projeto de ciência e tecnologia público e nas condições de trabalho dos docentes.

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica o governo Bolsonaro impôs a portaria 983/2020 que aumentou a carga horária de ensino e instituiu o controle de frequência por meio de ponto eletrônico a professoras e professores EBTT.

O ano de 2021 inicia sob o signo da pressão do Ministério da Educação pela volta presencial de todo o ensino no país. Na educação básica esta pressão é exercida pelos governadores e prefeitos e no ensino superior pela edição da Portaria nº 1.038, que definiu o prazo para retorno presencial em março de 2021. Toda esta pressão acontece no momento do agravamento de contágio do coronavírus e de lenta e desorganizada vacinação da população, não estando garantidas nem a imunização de 70% da população nem segurança para retorno nos locais de trabalho.

A educação básica, de maneira majoritária e em formatos variados (retorno presencial por revezamento de aluno(a)s ou no formato híbrido), iniciou o



processo de retomada das atividades, mesmo que experiências do semestre passado mostrem o risco de tal medida. São quase 50 milhões de aluno(a)s voltando a circular, além de toda a retaguarda necessária para esse funcionamento, injetando milhões de pessoas no transporte público e colocando em risco o(a)s trabalhadore(a)s em educação, o(a)s aluno(a)s e suas famílias.

Na educação superior, por meio da mobilização e resistência coordenada pelo nosso sindicato, conseguimos segurar a pressão exercida pelo MEC, pelo menos neste primeiro momento. O calendário letivo está com enorme descompasso entre as instituições e a maioria permanece, no momento, em trabalho remoto. Mas o retorno da educação básica, a postura do governo e a continuidade do processo de vacinação (mesmo que distante de oferecer a proteção sanitária necessária) pode aumentar a pressão dentro de nossas instituições por retorno presencial.

Os cortes orçamentários não cessarão em 2021, pelo contrário. Por isso, faz parte da luta pela garantia da vida e da educação pública, a campanha pela revogação da Emenda Constitucional nº 95 de 2016, que viabilizou a redução progressiva dos gastos sociais de forma nunca vista em nosso país.

Temos convicção da importância da realização do IV ENE, da sua magnitude, mas entendemos que o IV ENE não pode ser realizado nesse cenário de crise sanitária, pelo seu formato, sua metodologia, ele requer um encontro presencial.

Nesse sentido orientamos as entidades que compõem a CONEDEP a adotar as seguintes ações:

- 1- O adiamento do IV ENE para quando houver condições sanitárias para sua realização;**
- 2- Construção de uma jornada de luta em defesa da educação pública e gratuita com a construção de plenárias estaduais, ampliando o chamamento para que mais entidades participem da CONEDEP. Até julho fazer reunião**



da CONEDEP nos estados e no segundo semestre realizar um Encontro Nacional em Defesa da Educação;

3- Articular os apoios às lutas da educação que estão ocorrendo (greves, paralisação, luta contra PL 5595, etc.).

Brasília (DF), 1º de junho de 2021

Assinam as entidades da CONEDEP:

ABEM

ABEPSS

ANDES-SN

CFESS

CSP-CONLUTAS

ENESSO

ExNEEF

FASUBRA

FENET

MUP

Oposição de Esquerda da UNE

SINASEFE